

NOTA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA (ANPPOM)

Em defesa da democracia e das políticas públicas para a pesquisa, a pós-graduação, a educação, a ciência, a cultura e a música

A Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) vem a público reiterar seu compromisso com a democracia brasileira e manifestar suas preocupações diante de propostas que podem impactar diretamente pilares fundamentais da sociedade, especialmente no contexto do segundo turno das eleições presidenciais de 2026. Em consonância com suas finalidades estatutárias e em diálogo com manifestações de associações científicas e educacionais, como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) e a Associação Brasileira de Educação Musical (ABEM), a ANPPOM reafirma seu compromisso com o fortalecimento da ciência, das universidades públicas, da educação, da cultura, das artes, dos direitos humanos e da soberania nacional.

A análise comparativa dos programas de governo apresentados pelas candidaturas do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Liberal (PL) evidencia diferenças importantes nas propostas para a educação superior, a pesquisa e a pós-graduação. Enquanto o programa do PT prevê a continuidade dos investimentos na educação superior pública, sua expansão e interiorização, o fortalecimento da assistência estudantil e a ampliação da pós-graduação nas diferentes áreas do conhecimento e regiões do país, o programa do PL propõe transferir a governança do ensino superior do Ministério da Educação (MEC) para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A ANPPOM manifesta sua oposição a essa proposta de reorganização da governança universitária, considerando que uma alteração dessa magnitude exige ampla discussão com a comunidade acadêmica e a sociedade brasileira, respeito à autonomia universitária e preservação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A estruturação das políticas de educação superior deve considerar sua dimensão formativa, científica, cultural e social, construída historicamente por meio de processos democráticos.



A ANPPOM reconhece a ciência, a educação e a cultura como dimensões estratégicas do desenvolvimento nacional e da construção de uma sociedade democrática, plural e socialmente justa. Sua consolidação exige investimentos públicos contínuos, financiamento adequado das universidades e instituições de pesquisa, fortalecimento das agências de fomento, valorização de docentes, pesquisadores, técnicos e estudantes, ampliação das bolsas e condições efetivas de acesso, permanência e formação qualificada. Reafirmamos a centralidade da CAPES, do CNPq e das fundações estaduais de amparo à pesquisa para o desenvolvimento científico e artístico brasileiro.

No campo da ciência, tecnologia e inovação, ambos os programas reconhecem a importância do desenvolvimento tecnológico e de sua articulação com a atividade econômica. Entretanto, o programa do PL propõe expressamente redirecionar as prioridades da CAPES e do CNPq para o impacto produtivo, a inovação e a transferência de tecnologia, aproximando a pesquisa universitária das demandas empresariais. Embora reconheçamos a relevância da inovação e do desenvolvimento tecnológico, manifestamos nossa posição contrária a uma concepção restritiva, mercadológica e funcionalista de ciência, que subordine a produção do conhecimento a resultados econômicos e produtivos imediatos. Preocupa-nos, especialmente, como essas prioridades contemplariam a pluralidade epistemológica, a pesquisa básica e as diferentes formas de produção científica desenvolvidas nas Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes, especialmente na Música. O programa do PT, por sua vez, apresenta compromissos com o financiamento científico e a expansão da pós-graduação nas diferentes áreas do conhecimento. Para a ANPPOM, a política científica brasileira deve reconhecer a diversidade de conhecimentos e contribuições educacionais, culturais, históricas, sociais e artístico-criativas, cuja relevância ultrapassa os indicadores de produtividade econômica.

As diferenças entre os programas também se manifestam nas políticas para a cultura e as artes. O programa do PT apresenta propostas de continuidade e aperfeiçoamento de mecanismos públicos de fomento, como as leis Aldir Blanc e Rouanet, fortalecimento do Cultura Viva, valorização das culturas populares e tradicionais, ampliação da circulação artística e proteção dos direitos autorais. O programa do PL contempla a preservação do patrimônio histórico, a valorização das tradições brasileiras e a revisão das leis de incentivo, com referência à descentralização regional. A ANPPOM manifesta preocupação

com o menor detalhamento de instrumentos de financiamento continuado, participação social e condições de produção, formação e circulação artística no programa do PL. A efetividade das políticas culturais exige compromissos estruturados, recursos públicos, mecanismos de implementação e reconhecimento da diversidade cultural e artística brasileira.

Como associação comprometida com a produção e a circulação do conhecimento musical, destacamos que a pesquisa em música constitui parte indissociável da ciência, da cultura e da produção intelectual brasileira. A música é um campo de investigação, criação e expressão humana que contribui para compreender a sociedade, preservar e transformar patrimônios culturais e produzir novas perspectivas sobre a realidade. Seu desenvolvimento nas universidades, na pós-graduação e nos sistemas de financiamento científico exige o reconhecimento de suas especificidades epistemológicas, metodológicas e artístico-criativas, bem como políticas públicas que assegurem condições para a pesquisa, a formação de pesquisadores e a produção artística.

Defendemos, igualmente, políticas públicas que reconheçam e valorizem a pluralidade das músicas brasileiras, contemplando as produções de povos indígenas, comunidades negras, quilombolas, populações tradicionais e diferentes grupos sociais historicamente marginalizados. A democratização do conhecimento e da vida cultural requer ações efetivas de enfrentamento do racismo, do sexismo, da LGBTfobia, do capacitismo e de outras formas de discriminação, bem como políticas de inclusão e reparação das desigualdades que marcam o acesso à educação superior, à pesquisa, à criação artística e aos bens culturais. Enquanto na proposta do PT essas dimensões estão explícitas, transversalmente, a Proposta do PL se omite em relação a tópicos dessa natureza.

A autonomia universitária, a liberdade de expressão, a liberdade acadêmica e o respeito à diversidade de perspectivas constituem condições indispensáveis para a produção de conhecimento e a formação crítica. O enfrentamento ao negacionismo científico, à censura, à desinformação e às ameaças às instituições democráticas integra nossa responsabilidade como comunidade acadêmica. A defesa da ciência e das artes está profundamente vinculada à Constituição Federal de 1988, aos direitos sociais, à soberania popular e ao Estado Democrático de Direito.

Diante do segundo turno das eleições presidenciais de 2026, a ANPPOM reafirma a importância de que os programas e compromissos públicos das candidaturas sejam examinados à luz desses princípios. Defender a pesquisa em música, a pós-graduação, a educação, a ciência e a cultura é defender a democracia, a soberania nacional e o direito da sociedade brasileira de produzir conhecimentos, expressar suas múltiplas identidades e construir seu próprio futuro.

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM)

